



LETICIA ZANIOL KAYAMORI

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 13: LIVROS E TEXTOS DIDÁTICOS: ESTUDOS SOBRE PROCESSOS  
DE NORMALIZAÇÃO E AS DISPUTAS DA SOCIOLOGIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

UMUARAMINHA: A TEMÁTICA XETÁ EM MATERIAIS  
PARADIDÁTICOS DE UMUARAMA (PR)

CURITIBA, PARANÁ

2025



## UMUARAMINHA: A TEMÁTICA XETÁ EM MATERIAIS PARADIDÁTICOS DE UMUARAMA (PR)<sup>1</sup>

Leticia Zaniol Kayamori<sup>2</sup>

### RESUMO

Em abril de 1990, a prefeitura de Umuarama (noroeste do Paraná) tornou o personagem de gibi Umuaraminha símbolo oficial da cidade, presente na Lei Orgânica Municipal 01/90. Através do projeto de mesmo nome, o personagem tem exemplares de gibis distribuídos nas escolas da cidade desde sua criação. O personagem é um indígena Xetá, povo originário da região noroeste do Paraná, vítimas de genocídio nas décadas de 1940 e 1950. A partir da drástica redução demográfica decorrente do contato, foram tidos como “em vias de extinção”. No entanto, recuperaram-se e somam atualmente 250 pessoas que lutam pelo reconhecimento de sua existência e pelo seu direito à terra. O objetivo deste artigo é explorar como é trabalhada a temática Xetá na educação básica de Umuarama através do personagem de gibi Umuaraminha. Para isto, foi realizada uma análise documental dos gibis do Umuaraminha, aqui compreendidos como materiais paradidáticos. Foi possível identificar que os Xetá são representados a partir de perspectivas que reforçam estereótipos de romantização, generalização, exotização e infantilização dos povos indígenas. Além disso, são tratados como um povo do passado, destinado a sucumbir frente ao progresso. Invisibilizados, o apagamento que sofrem culmina na continuidade da violência de que são alvos desde os primeiros avanços coloniais. Agora, através da reprodução de discursos que impedem o reconhecimento dos Xetá como um povo vivo que tem direito à terra.

**Palavras-chave:** Xetá, Povos Indígenas, Materiais Paradidáticos, Educação, Gibis.

### INTRODUÇÃO

Os Xetá são um povo originário da região da Serra dos Dourados, no noroeste do Paraná, falantes de língua xetá do tronco tupi-guarani. Vítimas de genocídio nas décadas de 1940 e 1950, após os primeiros contatos com os colonizadores, os Xetá foram mortos, sequestrados, envenenados e expulsos de suas terras devido ao plano de colonização do governo estadual de Moysés Lupion (Silva, 1998). Na época, o governo subsidiou companhias colonizadoras que agiram de maneira destrutiva em relação à mata e aos povos originários, desconsiderados pelo Estado, que afirmava que o território estava vazio (Mota, 2012). Assim, pouco foi feito para protegê-los do massacre.

Os sobreviventes conhecidos foram separados, realocados em terras indígenas de outros povos ou “adotados” por famílias brancas (Silva, 1998). Desterritorializados e dispersos, o grupo foi tido como “extinto” ou “em vias de extinção”. Atualmente, ainda sem suas terras

---

<sup>1</sup> Este Trabalho Completo é resultado de um trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná, realizado em 2023, sob a orientação da professora Edilene Coffaci de Lima.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), leticiakayamori@ufpr.br. Mulher cis, branca e curitibana (PR).

originárias, os Xetá somam-se em 250 pessoas (Zilli, 2022) que lutam pela demarcação da Terra Indígena Herarekã Xetá e para que não sejam mais tratados como povo extinto, como são ainda mencionados em livros, na história e na mídia (Silva, 2013).

Em seu território originário, está localizado, entre outros, o município de Umuarama (noroeste do Paraná), fundado em 1955 – o mesmo ano do contato oficial dos Xetá. Em abril de 1990, a prefeitura de Umuarama tornou o personagem de gibi Umuaraminha símbolo oficial da cidade, presente na Lei Orgânica Municipal 01/90. Criado pelo cartunista Marcos Vaz em 1986, o personagem é um indígena Xetá que faz parte do Projeto Umuaraminha, lançado pela prefeitura da cidade para “recuperar a memória Xetá” (Vaz, 1995).

Com um alcance grande, o projeto é responsável pelo lançamento de mais de 50 mil exemplares de jornais e gibis do personagem que têm sido distribuídos nas escolas do município desde 1990 (Prefeitura de Umuarama, 2020; Vaz, 2016). Além disso, conta com publicações de livros; estátuas firmadas em praças; uma loja de produtos e um centro de arte e educação que oferta cursos de desenhos. Devido a proposta inicial de ser figura central na comunicação da cidade, Umuaraminha também esteve em campanhas publicitárias, camisetas, cartazes, folder, adesivos, cadernos, chaveiros, broches, lenços e troféus.

Mesmo com toda essa gama de materiais e ações envolvendo o personagem Xetá, em Umuarama as disputas políticas sobre a demarcação de terra têm sido marcadas pela negação: em 2009, os deputados federais Osmar Serraglio e Moacir Micheletto exigiram a realização de uma audiência pública para obter esclarecimentos da FUNAI sobre a TI Herarekã Xetá, argumentando a inexistência de indígenas na região há 50 anos (Pacheco, 2018). A audiência contou com a presença da Frente Parlamentar Agropecuária, representantes de sindicatos rurais e produtores rurais das regiões de Ivaté e Umuarama que se posicionaram contrários à demarcação, argumentando, como Moacir Silva - prefeito de Umuarama na época -, que “a demarcação da terra indígena seria uma interferência no ‘curso da história’” (Câmara dos Deputados, 2009 *apud* Pacheco, 2018, p. 14).

Em *Mulheres e a caça às bruxas*, Silvia Federici (2019) reflete sobre o passado e o presente da caça às bruxas. Uma de suas motivações é confrontar o uso comercial e turístico dos acontecimentos na Europa: cidades onde aconteceram julgamentos, perseguições e execuções de mulheres se transformaram em pontos turísticos, locais onde vendem bonecas de bruxas, pratos, toalhas e xícaras de café. Para a autora, de modo grotesco, são reproduzidos estereótipos hostis concebidos pelos caçadores de bruxas e que culminaram no massacre de milhares de mulheres. A história é distorcida e, assim, reforçada no imaginário de novas gerações, sem que os crimes cometidos contra as mulheres sejam, de fato, reconhecidos. Como

consequência, a perseguição se repete. Embora em contexto totalmente diverso, vale a pena guardar essas palavras para pensar o que se passa com os Xetá e o personagem Umuaraminha em Umuarama. É o que buscarei fazer na sequência.

Refletindo sobre o passado e o presente Xetá, partindo da necessidade de identificar como as instituições públicas de Umuarama têm lidado com a história, memória e as questões atuais, principalmente na área da educação, esse artigo objetiva explorar como é trabalhada a temática Xetá na educação básica de Umuarama através do personagem de gibi Umuaraminha.

Para tal, foram alcançados 17 gibis, publicados a partir de 1990 até 2020. As buscas pelos quadrinhos aconteceram, presencialmente, em Umuarama, no Centro Cultural Vera Schubert e, através da internet, no site do Guia de Quadrinhos e na plataforma Issuu do cartunista Marcos Vaz. Além disso, tive a oportunidade de conversar com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Umuarama. A partir do diálogo, obtive acesso aos planos de ensino de História destinados ao 3º ano sobre os Xetá. A análise tanto dos gibis quanto dos planos foi realizada tomando-os como documentos.

Frente ao atual cenário de reivindicações dos Xetá, torna-se relevante a realização de pesquisas que contribuam para a expansão do entendimento crítico acerca de sua imagem construída pelas instituições públicas. Compreendendo que, inúmeras vezes, os livros didáticos e as grades curriculares têm contribuído para a consolidação de preconceitos, perpetuando sobre os indígenas “um quadro de estereotípias inculcadas desde o período colonial português” (Lima, 1995, p. 407). Portanto, um estudo da construção, institucionalização, publicações e conteúdo do personagem Umuaraminha abre caminhos para pensar criticamente a educação e os materiais distribuídos nas escolas.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Esta pesquisa combina investigação bibliográfica, documental e de campo. Foram analisados documentos e bibliografia sobre a história dos Xetá, a colonização do Paraná e a fundação de Umuarama. Em campo, visitei o Centro de Documentação da História de Umuarama, onde foram encontrados alguns gibis do Umuaraminha. A busca por outros continuou online, na plataforma Issuu do cartunista Marcos Vaz, onde alguns de seus gibis estão hospedados. Tive acesso a outras edições estabelecendo contato com usuários do site do Guia de Quadrinhos, os quais possuíam cópias e as compartilharam comigo. Ao final da minha busca, coletei 17 gibis, publicados a partir de 1990 até 2020. Assim, organizei todo material

encontrado em uma planilha, ordenada por ordem cronológica, a fim de identificar como a representação do personagem foi construída ao longo dos anos.

Além disso, em campo, tive a oportunidade de conversar com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Umuarama. A partir desse diálogo, obtive acesso aos planos de ensino de História destinados ao 3º ano que contribuíram muito para o entendimento do uso dos gibis do personagem em sala de aula.

Por fim, realizei a análise dos gibis do personagem Umuaraminha e dos planos de ensino, considerando o caráter documental. Isto é, tratando dos gibis e das revistas de Umuaraminha e dos planos de ensino como documentos. A investigação se caracteriza por tomar o arquivo como campo antropológico (Frehse, 2005), com o objetivo de refletir criticamente o impacto dessas tramas de representações dos Xetá. O referencial para análise foram obras de pesquisadores que se dedicaram ao estudo das temáticas indígenas em livros didáticos, como Lima (1995), Grupioni (1995, 1996), Mota e Rodrigues (1999) e Boiano e Oliveira (2015)

## **OS XETÁ E UMUARAMA**

A história do contato dos Xetá com os brancos é preenchida de violência e atos destrutivos dos colonizadores contra os indígenas. Conforme Lima (2021, p. 16), “não faltam registros de violência: sequestros de crianças, envenenamentos, invasão e confisco de seu território, remoção de vários deles pelas companhias colonizadoras, carregados em caminhões sem destino conhecido, além da fome”.

Um verdadeiro vazio demográfico, antes inexistente, foi produzido, o que, segundo relatado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e pela Comissão Estadual da Verdade (CEV), traz características ao caso Xetá que justifica falar de genocídio (Lima, Pacheco, 2017). As ações destrutivas das companhias colonizadoras Suemitsu Miyamura & Cia. Ltda e da Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO), aliadas à inércia e negligência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), podem ser citadas como responsáveis pela situação do grupo (Lima, 2018).

Desde o começo, diante do Estado, os Xetá foram vistos como um empecilho ao “progresso”. Mesmo com inúmeras denúncias e documentações que evidenciaram a violência, pouco foi feito a fim de protegê-los. Em um primeiro momento, nem se considerou a existência do grupo, afirmando a noção de “território vazio” e, portanto, passível de exploração e comercialização (Passos, 2021). Depois, a narrativa de “território vazio” é transformada: os

Xetá existiam e o território era ocupado, mas não é mais, pois o grupo estaria extinto. Dados do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontam que, a partir da década de 1960, o Estado passou a considerá-los extintos (Zilli, 2022). Um discurso que isenta as autoridades da responsabilidade pelos atos violentos do passado, do reassentamento e demarcação (Lima, Passos, Pacheco, 2021).

Há também as narrativas que tentam convencer que os Xetá seriam originários do Mato Grosso ou do Paraguai. Esse discurso começa a ser utilizado quando não se pode mais negar a existência dos indígenas, mas ainda não há interesse de tomar responsabilidade pelo acontecido e demarcar as terras (Pacheco, 2018). O próprio site do IBGE<sup>3</sup>, acessado em outubro de 2023, veicula essa narrativa falsa e perigosa na página sobre o município de Umuarama, afirmando que os indígenas da Serra dos Dourados seriam provenientes do Mato Grosso.

À vista disso, fica claro que Umuarama, além de território originário Xetá, se constitui como um espaço onde se desenrolam parte das disputas políticas sobre a demarcação. Indiamara Paraná Xetá, filha de Tuca (uma das crianças sequestradas pelo SPI), em entrevista concedida a Olívio Jekupé, na Rádio Resenha Podcast (2022), comentou que, durante uma viagem à região da Serra dos Dourados, foram muito bem recebidos pelo prefeito de Umuarama até que as conversas sobre a demarcação da terra se iniciaram. A partir daí, começaram a negar a existência dos indígenas na região. Indiamara até comenta que ela e seus parentes, durante as últimas visitas, tiveram que ser escoltados pela polícia devido às ameaças.

Além da demarcação da sua própria TI, o grupo também têm demandas na área da educação, como a necessidade do ensino nas aldeias da língua xetá, da história e do modo de vida dos antigos (Silva, 2013; Zilli, 2022). Pedem ainda pela produção literária e de materiais didáticos que retratem a sua realidade e a memória coletiva. Os Xetá não querem mais ser tratados como um povo extinto na história, nos livros e na imprensa (Silva, 1998; Silva, 2013).

### **UMUARAMINHA: O “CURIMIM” XETÁ**

Em 1986, aos 15 anos, o cartunista local Marcos Vaz criou o personagem Umuaraminha com o propósito de homenagear a cidade de Umuarama. Almejando fazer do personagem um “mascote”, definiu que ele seria um indígena da etnia Xetá, originários da região (Vaz, 2016). Vaz também é o criador de outros personagens que personificam localidades, e, por isso, se

---

<sup>3</sup> Link do site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/umuarama/historico>. Acesso em: 02 out de 2023.

considera um “artista fortemente institucional”, cujas publicações servem para divulgar mensagens “de utilidade pública” (Vaz, 2014, p. 50).

O Projeto Umuaraminha foi posto em prática em 1990, quando o personagem se tornou símbolo oficial da cidade. Por incentivo do vereador Mário Rocha, do PL, com o apoio do prefeito Alexandre Ceranto, do PFL (Vaz, 2016), foi incluído na Lei Orgânica do Município 01/90.

A apresentação oficial como símbolo aconteceu no dia 17 de novembro de 1990, com o lançamento do primeiro gibi do Umuaraminha (Vaz, 2016). Desde então, os gibis continuaram a ser publicados e distribuídos nas escolas do município. Não foi possível localizar o número exato de publicações feitas, mas tive acesso a 17 gibis do personagem que chamam a atenção justamente devido ao longo período de atividade de publicações, de 1990 a 2020, e pela distribuição dos exemplares nas escolas públicas e privadas do município. Nesse sentido, podem ser considerados como materiais paradidáticos ou obras complementares, a depender da utilização em sala de aula (Campello, Silva, 2018). Fato é que existe uma intenção pedagógica e informativa que se alia ao lúdico para apresentar as mais diversas temáticas. Sobretudo, contribuindo para o imaginário imagético dos Xetá e dos povos indígenas.

Ao manusear as obras, prontamente observei que, ao longo dos anos, o personagem passou por três transformações em sua aparência. Inicialmente, é apresentado com uma pena verde e amarela na cabeça, vestindo uma saia de folhas. A partir do final da década de 1990, as alterações concentram-se mais no traço do desenho. A mudança mais significativa acontece a partir da década de 2010, quando o personagem aparece com uma camisa, bermuda e chinelos que remetem às cores e formas da bandeira da cidade, além da pena verde e amarela que permanece desde seu lançamento.



Exemplares dos gibis ao longo dos anos: de 1990 a 2020<sup>4</sup>

<sup>4</sup> O primeiro exemplar é Especial Índios Xetás de 1995. O segundo exemplar é o gibi Umuaraminha Volta às aulas, de 1999. O último é o Almanaque do Umuaraminha: Edição comemorativa de 30 anos de 2020.

Nas primeiras versões, a imagem apresentada evoca a ideia de um “indígena genérico”. Conceituada por Grupioni (1996, p. 425), a generalização é caracterizada pelo desconhecimento da diversidade dos povos indígenas, que são estereotipados como aqueles que vivem nus na mata, moram em ocas e tabas, falam tupi e cultuam Tupã e Jaci. Nesse sentido, vale ressaltar que, nos gibis, o personagem Umuaraminha é chamado de *curumin*, palavra de origem tupi que significa menino. No entanto, na língua xetá, a palavra correspondente a menino é *txikuein* (Silva, 1998). Esse tratamento de não considerar as especificidades do grupo ou de usar fatos etnográficos descontextualizados tem como consequência a exotização e a dificuldade de conceber indígenas em outros contextos (Grupioni, 1995, p. 488).

No que diz respeito à última versão do personagem, sua relação com o município é ainda mais reforçada, alinhada com a intenção do cartunista de torná-lo um mascote da cidade, uma “expressão máxima do regionalismo”, nas palavras de seu criador (Vaz, 1992, p. 45).

Dentre os 17 gibis encontrados, foi possível identificar que oito não mencionam a identidade indígena do personagem principal. Mas, compartilham características de campanhas, com uma narrativa elaborada somente a partir do objetivo de informar o público sobre uma ideia específica, pouco desenvolvendo seus personagens e suas identidades étnicas, linguísticas e sociais. O caráter informativo repete-se como um dos seus traços mais fortes do Projeto Umuaraminha, com a maioria das histórias e tirinhas dedicadas a campanhas.

Mesmo nas publicações com histórias que consideram a identidade indígena do personagem, frequentemente o objetivo principal é oferecer informação e orientação ao público. O resultado é que Umuaraminha não tem uma trajetória própria. Na maior parte das vezes, sua identidade indígena só é evocada nas histórias sobre defesa do meio-ambiente.

Nesse sentido, vale mencionar o exemplo presente no gibi 'Umuaraminha: Volta às aulas' (1999). A história começa lembrando que no passado os Xetá habitavam Umuarama e, num salto temporal para os dias atuais, o personagem é retratado como aquele que ainda defende a natureza, mas de maneira diferente. A narrativa transita para o contexto escolar de volta às aulas, com Umuaraminha ensinando seus colegas sobre como cuidar do ambiente da escola e de si, mostrando como manter uma rotina de higiene básica. Nessas “mensagens de utilidade pública”, como são descritas, é possível perceber a instrumentalização do personagem e dos quadrinhos com o propósito de reforçar lições de autocontrole e disciplina.

Além disso, quase como se houvesse uma ligação automática e inata entre ser indígena e preservação da natureza, o personagem é repetidamente colocado no papel romântico de verdadeiro defensor da natureza, aquele que tem a missão de ensinar a cuidar do meio ambiente. Essa representação revela, novamente, a tendência de generalizar e exotizar os povos indígenas

que não são considerados em suas singularidades, mas, como apontaram Boiano e Oliveira (2015), são reduzidos a figuras que viviam em paz e harmonia entre si e com a natureza até a chegada dos brancos. Portanto, frequentemente o personagem é apresentado de maneira infantilizada, sendo chamado de “indiozinho” e sendo descrito como inocente e esperançoso:

O “Umuaraminha” tem a inocência de acreditar em um mundo melhor, onde os homens se respeitam como seres humanos (como acontece entre os índios) [...]. O “Umuaraminha” crê que um dia haverá igualdade e compreensão entre os homens. Que um dia “o progresso do espírito caminhará ao lado do avanço tecnológico” (Vaz, 1990).

Esse trecho nos conduz a outra temática presente nos gibis: o evolucionismo manifestado na concepção do “progresso” como algo inevitável. Segundo a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1996), a partir da naturalização da diferença, no século XIX, os Estados imperialistas hierarquizam e repartem o mundo em dois: aqueles destinados a progredir e aqueles destinados a desaparecer. Nesse sentido, a burguesia se estabelecia como parte do mundo destinado a progredir, e orgulhosa de seus avanços, pretendia conquistar mais, expandindo a civilização ocidental. Claro que a ideia de progresso, fortificada pelas teorias de evolucionismo social, caminhava em direção à Europa Ocidental.

As teorias evolucionistas compreendiam a humanidade a partir de escalas hierárquicas, com a “selvageria” no início e a “civilização” como última etapa. Nesse sentido, pregava-se que os povos indígenas nunca alcançariam o estado de civilização e, assim, desapareceriam. Logo, os povos indígenas começaram a ser reconhecidos como raças pertencentes ao passado, a caminho da extinção (Monteiro, 1996) ou da assimilação (Mota, Rodrigues, 1999).

A noção paralela de que nada deveria impedir o avanço da civilização reflete um discurso liberal que acarretou genocídios ao redor do mundo todo - como foi o caso dos Xetá. A ideia subjacente é de que algumas vidas valem menos que o progresso. Essas perspectivas estão presentes de modo transversal nas publicações do Projeto Umuaraminha.

No gibi ‘Especial Índios Xetás’, publicado em 1995, os Xetá são descritos como frágeis, amigáveis, dóceis, pacíficos e rudimentares. Na década de 1940, despertaram interesse de pesquisadores ao redor mundo por serem, em pleno século XX, “uma comunidade vivendo nos moldes de 6 mil anos atrás” (Vaz, 1995, p.7). Entretanto, esse interesse da comunidade científica não impediu de terem sido exterminados pelos colonizadores:

Os Xetás se encontravam, sim, numa espécie de infância do desenvolvimento, caracterizados por uma total ausência de malícia. Um povo frugal, telúrico, dócil, pacífico e rudimentar, presa fácil para os colonizadores destinados a ocupar a terra, sem nenhuma preocupação em preservar a tribo. Não foram salvos nem mesmo pela sua importância na compreensão da espécie humana, ou pelos esforços isolados para estudá-los. (Vaz, 1995, p. 7)

Além da romantização que retrata os Xetá como passivos diante a colonização, nesse trecho são desumanizados e reduzidos a objetos de estudo. O gibi sustenta ideias evolucionistas que, conforme literatura da época do contato - principalmente do antropólogo José Loureiro Fernandes –, afirmava a primitividade do grupo, fadado à extinção, expressando que deveria ser estudado o mais rápido possível (Lima, 2018).

A edição desse gibi conta ainda com uma história: Umuaraminha testemunha a destruição de sua aldeia e da mata. Buscando por outros sobreviventes, encontra o Progresso, uma representação do avanço industrial, que justifica o extermínio dos Xetá como o preço a ser pago pelo desenvolvimento da região, afirmando ser um processo natural. Em resposta à situação, Umuaraminha decide virar um "vaga-lume" e iluminar as consciências humanas para evitar injustiças futuras, inclusive na luta pela criação da reserva indígena dos Xetá. Nenhuma outra história menciona a demarcação de uma terra para o grupo. No entanto, outras compartilham o mesmo tom de elogio ao progresso, tomando-o como inevitável e dos Xetá como já extintos ou destinados a desaparecer.

No ‘Gibi do Umuaraminha nº 1’ (1990), a narrativa em quadrinhos aborda as adversidades da cidade como um preço pago pelo progresso. E, embora Umuaraminha não confie totalmente nesse progresso, ele expressa a crença de que a sociedade evoluirá tanto quanto a tecnologia. Já o gibi ‘Natureza Viva’ (1992) apresenta outro lado do argumento evolucionista: a dependência e comunhão dos Xetá com a natureza teria sido responsável pelo fim do grupo, que morria à medida que era morta a própria natureza. A violência da colonização é desconsiderada.

Por outro lado, o ‘Almanaque do Umuaraminha nº1’ (2014) contempla que houve uma perseguição quando inicia seu quadrinho com um Xetá fugindo dos colonizadores, até que encontra quatro heróis que o transformam no Umuaraminha e o informam que o tempo avança e traz mudanças. “É hora de uma nova história para esse lugar. Você será memória de um povo que cumpriu sua história” (Vaz, 2014, p. 13).

A concepção de que é "hora para uma nova história" reforça a visão dos indígenas como obstáculos a serem eliminados para o desenvolvimento do projeto político-econômico-social de branqueamento e colonização (Zilli, 2022). A narrativa instrui que os Xetá, pertencentes ao passado, teriam cumprido seu papel na história, dando lugar à cidade de Umuarama, que representaria o avanço nessa escala de evolução reforçada pelo Projeto. Nesse sentido, a colonização é tratada como um elogio. A naturalização do “fim” dos Xetá apaga a história, desconsidera os atos de violência e os atores envolvidos no processo, nega o genocídio e

justifica o que aconteceu como destino. Portanto, algo impossível de ser evitado e, conseqüentemente, dispensa a necessidade de justiça reparatória.

Endossando ainda mais a colonização, no ‘Almanaque do Umuaraminha: Edição comemorativa de 30 anos’ (2020), uma das histórias é intitulada “O começo da nossa história”, nela um dos personagens da turma do Umuaraminha volta ao passado, para quando Umuarama era ainda um distrito, em 1959. O local é descrito como promissor onde é possível ficar rico. Os personagens elogiam as companhias colonizadoras e nos introduzem aos freis capuchinhos, explicando que eles estão presentes desde a fundação da gleba de Umuarama e têm dado aulas nas “escolinhas”, ao que o personagem Umuaraminha responde: “Logo eu ser índio doutor! Eu saber ler e escrever”.

A narrativa é uma idealização da colonização e retrata o passado como promissor. O deslocamento forçado dos indígenas não é mencionado, nem a exploração e impactos ambientais, embora seja um tema recorrente em outras histórias do personagem. Evita-se qualquer menção de conflitos e tensões, deturpando a complexidade histórica da colonização e retratando os Xetá dentro do estereótipo do “índio bom” que colabora com a colonização (Grupioni, 1996).

Outro ponto é a presença dos freis capuchinhos, figuras que chegaram à região noroeste em 1954 e participaram da fundação da cidade. Dentre eles, o frei Estevão Maria foi responsável por sequestrar uma criança Xetá em 1956 (Silva, 1998). O menino, de aproximadamente 10 anos, recebeu o nome de Natal Brasil e foi levado para um internato de freiras em Cruzeiro do Oeste. Atualmente, não existem notícias de seu paradeiro.

O objetivo de frei Estevão ao tirar Natal de seu povo era “fazer da criança um grande homem, cristão, civilizado” (Silva, 1998, p. 104). Os Xetá eram compreendidos como antítese da “civilização” (Zilli, 2022) e, portanto, deveriam ser eliminados e, se possível, assimilados. Nesse sentido, a “escolinha” mencionada na história acaba por esvaziar um símbolo violento de tentativas coloniais de assimilação forçada.

Para além da aparição nos gibis, uma representação de Umuaraminha esteve em um encontro realizado entre os Xetá em Guarapuava - PR, no dia 05 de maio de 1994, com a presença de autoridades locais e lideranças indígenas de todo o Brasil. Neste encontro, escreveram uma pauta pedindo a criação de uma reserva na Serra dos Dourados. O gibi que relata o encontro explica que os Xetá vivem espalhados pelo Brasil, reforçando assim a importância do pedido ser atendido, mas é interessante ressaltar que o território do grupo foi tratado, pelo gibi, como sendo somente a cidade de Douradina (Vaz, 1995).



Umuaraminha entre os sobreviventes Xetá e outras lideranças indígenas em Guarapuava - PR.<sup>5</sup>

## **OS XETÁ PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE UMUARAMA**

Tive a oportunidade de conversar com uma representante da Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, responsável pelo ensino de história e geografia no município. Ela compartilhou que, nas salas de aula, trabalha-se principalmente o modo de vida passado dos Xetá, além dos desdobramentos da colonização. Ressaltou que a demarcação de terras não é abordada porque o tema não é considerado apropriado, principalmente devido à faixa etária das crianças. Quando perguntei a respeito da presença do Umuaraminha nas escolas, ela respondeu que as crianças amam o personagem e que seu boneco de pano vai até as escolas sempre que tem algum evento pertinente, como o “dia do índio”.

Em seguida, mostrou alguns planos de ensino, destacando que, para além deles, as temáticas indígenas estão presentes ao longo do ano inteiro de maneira transversal. Estes planos abrangem as Rotinas 7, 8 e 9 do ano letivo de 2023, focando no estudo do povo indígena Xetá. Com a unidade temática “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município”, o objeto de conhecimento é o “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais étnicos que compõem a cidade e o município, abarcando os desafios sociais, culturais e ambientais. No geral, os planos tinham como objetivo de aprendizagem identificar a população indígena que já viveu em Umuarama antes da colonização; conhecer como eram os hábitos e costumes da comunidade indígena Xetá antes da colonização do município; e conhecer a situação atual da comunidade depois da colonização.

Se por um lado os planos reconhecem a presença Xetá na região, por outro essa presença é marcada por estar no passado. São tratados como objetos históricos: descritos repetidamente

---

<sup>5</sup> Foto do acervo do Centro de Documentação da História de Umuarama, localizado dentro do Centro Cultural Vera Schubert. Sem identificação de fotógrafo.

como dóceis e pacíficos, a atenção se volta para as atividades que desenvolviam antes da colonização - como caça, coleta e divisão de trabalho. Sua presença no município, por vezes, é reduzida aos fatos etnográficos recolhidos durante os primeiros contatos com os colonizadores e nas expedições científicas realizadas na década de 1950, organizadas pelo SPI junto à Universidade Federal do Paraná.

Além disso, algumas informações são contraditórias. Em um primeiro momento, os Xetá "morreram por doenças que a evolução trouxe", um discurso que desresponsabiliza os colonizadores pelos atos de violência e que endossa as teorias evolucionistas impregnadas na perspectiva de que o destino seria o fim do grupo devido à sua "primitividade". No entanto, os planos reconhecem, mais tarde, que os Xetá morreram, foram sequestrados e "fugiram". Essa última constatação, à luz dos inúmeros relatos de indígenas em caminhões sem destino conhecido (SILVA, 1998, p. 7), pode ser questionada: será que fugiram ou foram levados à força para o estado vizinho? Em outro momento, admite-se ainda que foram vítimas de genocídio, o que vai de encontro com a ideia antes apresentada de morte por doenças.

Os planos também incluem discursos que afirmam que "sobraram" somente cinco Xetá e que, portanto, eles seriam considerados extintos pela FUNAI. Como já exposto neste trabalho, os Xetá somam mais de 250 pessoas que afirmam a recomposição do coletivo, lutam pelo direito de retornar à terra e de viverem juntos novamente (Zilli, 2022), mesmo que o discurso de extinção seja ainda propagado pelas mais diversas mídias e instituições.

Segundo Leite (2017), a retórica dos Xetá como povo que foi massacrado e, portanto, sem futuro é desenvolvida nos jornais a partir da década de 1970, nos quais os sobreviventes são tematizados como os que "restavam". Nesse sentido, Zilli (2022, p. 51) afirma que o discurso da extinção "foi tão sistematicamente repetido que no início da década de 1980 já era aceito como verdade". Ou seja, as representações dos Xetá como "extintos" não descrevem uma realidade, mas ajudam a criá-la, firmando dominação e violência. Portanto, os discursos produzidos pelos planos de ensino da Secretaria Municipal de Educação e pelo Projeto Umuaraminha fazem a manutenção de um discurso violento, que apaga os indígenas no presente e impede a concretização da demarcação de terra. Afinal, para que demarcar terra a um povo extinto ou fadado à extinção? Portanto, a temática de demarcação não só não é trabalhada em sala de aula, mas é negada em princípio.

Os planos de ensino ainda acionam o personagem Umuaraminha como sendo parte da memória Xetá, isto é, maneira pela qual eles podem ser lembrados e um símbolo da cidade a ser celebrado.

A cientista política Françoise Vergès (2023), ao pensar os museus universais do Norte Global, discute a apropriação e expropriação das lutas sociais pelo Estado para neutralizá-las e transformá-las em imagens bonitas, slogans e datas comemorativas. O propósito da transformação seria fortalecer a ideia de que, graças à ação do Estado, o presente é melhor que o passado e isso merece ser celebrado. Nesse sentido, admite-se brevemente que o passado foi horrível, mas reforça-se a ideia de que, graças à intervenção estatal, o progresso chegou. Essa cooptação exime o Estado de tomar responsabilidade pelas violências cometidas no passado que continuam a ser retificadas.

Tomar o Umuaraminha, que também é um produto comercial, como símbolo da cidade a ser celebrado e através do qual os Xetá são lembrados, é realizar esse movimento de cooptação da luta Xetá, atribuindo um significado completamente distante da violência do genocídio. Este é, inequivocamente, um genocídio continuado já que sua recomposição como grupo não é considerada.

Dentro dos currículos escolares, falar sobre diversidade deveria implicar posicionar-se contra os processos de colonização e dominação. Caso o contrário, subestima-se o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola (Gomes, 2007). Os planos e as publicações do gibi assumem uma posição em que até reconhecem as violações, mas não se posicionam contra os processos de manutenção da violência. Pelo contrário, acabam por ostentar “o ideal de um progresso que reconhece o crime, mas deixa por isso mesmo” (Vergès, 2023, s/p).

## **CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora as temáticas indígenas estejam presentes no currículo, os Xetá são representados pelos gibis e pelos planos de ensino a partir de perspectivas que reforçam estereótipos de romantização, generalização, exotização e infantilização dos povos indígenas. Tratados como frágeis, amigáveis, dóceis, pacíficos, defensores da natureza, rudimentares, um povo do passado e destinados a sucumbir frente ao progresso, os Xetá são desumanizados e reduzidos ao seu passado e a generalizações.

Os gibis e os planos de ensino evitam qualquer menção de conflitos e tensões sociais dos dias de hoje. Até reconhecem que aconteceram violações no passado, mas sem se posicionar contra os processos de manutenção de violência. Assim, símbolos e discursos preenchidos de violência colonial são reproduzidos.

Nesse sentido, se a ideia, ao criar o Umuaraminha, era “recuperar a memória Xetá” (Vaz, 1995), é importante questionar: que memória é essa? Quem constrói essa memória e atendendo ao interesse de quem? Os Xetá estão vivos enquanto grupo social, se movimentando e, ainda assim, têm suas demandas invisibilizadas. O que sofrem é um apagamento que culmina na continuidade da violência que são alvos desde os primeiros avanços coloniais. Agora, através da reprodução de discursos que impedem que sejam reconhecidos como povo vivo que tem direito à terra.

Como disse Federici (2019), mencionada no início deste trabalho, denunciar o comércio do corpo e da morte é apenas o primeiro passo. Outros serão necessários para garantir o fim de lucros com a venda de imagens que ignoram o sangue derramado e a dor causada.

Portanto, registra-se aqui a necessidade de continuidade nas pesquisas sobre as representações Xetá, a fim de compreender o posicionamento que as instituições assumem frente a seus direitos. Já na área da educação, urge a necessidade de pesquisas com foco na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que assumam compromisso de superação das violências coloniais contra os povos indígenas. Além disso, considerando o volume de trabalhos elaborados com os Xetá desde a década de 1990, coincidentemente a mesma década em que o Umuaraminha foi criado por Vaz, há grande potencial de desenvolvimento de novos materiais e metodologias que ultrapassem as narrativas aqui problematizadas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Ver Leite (2017); Lima (2018, 2021); Lima e Pacheco (2017); Lima, Pacheco e Passos (2021); Mota (2012); Mota e Faustino (2018); Pacheco (2018); Passos (2021); Russo (2023); Silva (1998, 2003), Zilli (2020, 2022), entre outros.

## REFERÊNCIAS

BOIANO, M. K. A. OLIVEIRA, O. A presença indígena nos livros didáticos de História do Paraná (2000-2011). **Interfaces Científicas** - Educação, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 67-76, 2015.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREHSE, F. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 36, juldez de 2005.

CAMPELLO, B. S.; SILVA, E. V. da. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. **Biblioteca Escolar em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 64-80, 2018.

GOMES, N. L.. 2007. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J; et al (Org). **Indagações sobre currículo**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 48p.

GRUPIONI, L. D. B. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (org.). **A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus**. 1ª edição. Ministério da Educação e do Desporto, Mari - Grupo de Educação Indígena/USP, UNESCO, 1995.

GRUPIONI, L. D. B. Imagens Contraditórias e Fragmentadas: sobre o Lugar dos Índios nos Livros Didáticos. **R. bras. Est. pedag**, Brasília, v. 77, n. 186, p. 409-437, maio/ago. 1996.

LEITE, G.C.T. **Do contato aos dias atuais: sete décadas de notícias sobre os Xetá da Serra dos Dourados**. Monografia (Graduação). Curitiba: SCH/UFPR, 2017.

LIMA, A. C. de S. Um Olhar sobre a Presença das Populações Nativas na Invenção do Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (org.). **A Temática Indígena na Escola: Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus**. 1ª edição. Ministério da Educação e do Desporto, Mari - Grupo de Educação Indígena/USP, UNESCO, 1995.

LIMA, E.C. De documentos etnográficos a documentos históricos: a segunda vida dos registros sobre os Xetá (Paraná, Brasil). **Sociologia & Antropologia**, 8: 571-597, 2018.

LIMA, E.C. (org.). **Os Xetá no Círculo de Estudos Bandeirantes: a coleção Loureiro Fernandes**. Curitiba: PUCPRESS, 2021.

LIMA, E.C.; PACHECO, R. **Povos Indígenas e Justiça de Transição: reflexões a partir do caso Xetá**. Aracê, n. 05, fevereiro, 2017.

LIMA, E.C.; PACHECO, R.; PASSOS, L.R.B. Os Xetá e seus acervos: memória histórica, política e afetiva (Paraná, Brasil). **Journal de la Société des Américanistes**, 2021.

MONTEIRO, J.M. As "raças" indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V.(org). **Raça, ciência e sociedade**. Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

MOTA, L. T.; RODRIGUES, I. C.. A questão indígena no livro didático “Toda a história”. **Hist. Ensino**, Londrina, v. 5, out. 1999. p.41-59.

MOTA, L. T. **História do Paraná**: relações sócio-culturais da pré-história à economia cafeeira. Maringá: EDUEM, 2012.

MOTA, L.T.; FAUSTINO, R.C. **O SPI e os Xetá na Serra dos Dourados – PR**: acervo documental 1948 a 1967. Maringá: Eduem, 2018.

PACHECO, R. **Os Xetá e suas histórias**: memória, estética, luta desde o exílio. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia), PPGAA/UFPR, Curitiba, 2018.

Rádio Resenha Podcast. Locução de: Olívio Jekupé. 29 de mar. 2022. Disponível em:[https://www.youtube.com/watch?v=K-D4iyZVRcM&ab\\_channel=R%C3%A1dioResenha-Podcast](https://www.youtube.com/watch?v=K-D4iyZVRcM&ab_channel=R%C3%A1dioResenha-Podcast).

PASSOS, L.R.B. **As coisas Xetá**: pessoas, instituições e coleções. Tese (Doutorado em Antropologia). PPGAA/UFPR, Curitiba 2021.

Prefeitura Municipal de Umuarama. Umuaraminha, símbolo oficial do município, ganha festa por seus 30 anos. Fundação Cultural. Disponível em: <https://www.umuarama.pr.gov.br/noticias/fundacao-cultural/umuaraminha-simbolo-oficial-do-municipio-ganha-festa-por-seus-30-anos>. Acesso em: 06 set 2023.

RUSSO, J. P. M. **Uma arqueologia do genocídio**: a atuação do serviço de proteção aos índios entre os Xetá. Dissertação (Mestrado Antropologia) PPGAA/UFPR, Curitiba, 2023.

SCHWARCZ, L. M. 1996. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do séc. XIX. O contexto brasileiro. In. SCHWARCZ, L. M. e QUEIROZ, R. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp. pp. 147-185.

SILVA, B. R. do C.. **A trajetória das remanescentes Xetá da Serra dos Dourados no Paraná**: de 1950 a 2019. 2019. Dissertação - PPG História, UME, Maringá, 2019.

SILVA, C. L. da. **Sobreviventes do Extermínio**: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

SILVA, C. L. da. **Em busca da sociedade perdida**: o trabalho de memória Xetá. Brasília: UnB. (Tese), 2003.

SILVA, M. A. da. **Criança Xetá**: Das memórias da infância à resistência de um povo. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

VAZ, M. Gibi do Umuaraminha nº1 Reedição comemorativa (1990).Produções Ltda, 2010. Gibi

VAZ, M. Natureza Viva. Curitiba: Hipergraf, 1992. Gibi.

VAZ, M. Especial Índios Xetá. 1995. Gibi.

VAZ, M. Umuaraminha: Volta às Aulas, 1999. Gibi.

VAZ, M. Almanaque do Umuaraminha. Paraná: Marcos Vaz Produções Ltda, n.1, 2014. Gibi.

VAZ, M. Almanaque do Umuaraminha: Especial Jubileu de Prata. Paraná: Marcos Vaz Produções Ltda. 2016. Gibi.

VAZ, M. Umuaraminha: Almanaque do Umuaraminha 30 Anos - Jubileu de Pérola. Umuarama (PR): Gata Preta Editora, 2020. Gibi.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**: Programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

ZILLI, A. C. F. **Selvageria, primitividade e extinção**: A construção do desaparecimento dos Xetá da Serra dos Dourados. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFSC, Florianópolis, 2022.

ZILLI, A. C. F.; LIMA, E. C. de. Fragmentos da história: os xetá no Projeto Memória Indígena. Rev. **Sociologias Plurais**, v. 6, n. 1, p. 135-158, jan. 2020.